

Deus: a experiência de ser humano

God: the experience of being human

Nota de Leandro Chevitarese

O presente texto é uma publicação póstuma de Sergio Luiz de Castilho Fernandes. Foi elaborado no formato de um pequeno livro¹, que o próprio autor chamou de “opúsculo de sua obra”: um esforço em apresentar os principais conceitos de sua teoria filosófica para o público em geral. Este texto me foi enviado por ele, para leitura e comentário, alguns meses antes de seu falecimento. Limitei-me a uma breve revisão de texto, elaboração das notas e referências bibliográficas, mantendo toda sua estrutura original.

Note by Leandro Chevitarese

This text is a posthumous publication by Sergio Luiz de Castilho Fernandes. It was prepared in the format of a small book, which the author himself called “a booklet of his work”: an effort to present the main concepts of his philosophical theory to the public. He sent me the booklet for reading and comment a few months before his death. I limited myself to a brief review of the text, preparation of notes and bibliographical references, maintaining all its original structure.

1 Nota do editor: procurou-se adaptar minimamente o formato de livro para artigo, a fim de possibilitar a publicação do texto na revista *O que nos faz pensar*. Apenas o sumário foi retirado e as titulações dos capítulos foram levemente adaptados para atingir a conformidade do gênero textual.

* Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Para meu filho, Paulo André Fernandes

Para compreender a verdadeira natureza de Deus, é imprescindível e fundamental distinguir “Ser” de “Existir”. Não fazer essa distinção tem como consequência a confusão entre Criador e criatura, o que leva a concepções antropomórficas da Divindade e a ilusões sobre Sua natureza.

Prefácio

Que me perdoe o leitor pela pequena parte autobiográfica deste Prefácio. Mas serei breve.

Como praticamente todo mundo, eu também, bem lá no fundo de mim mesmo, buscava respostas a perguntas que eram tão enigmáticas, que... beiravam o “impossível”. Sabendo, como que instintivamente, que não as encontraria na fé religiosa, nas religiões instituídas, ou na ciência, resolvi, ainda bem cedo na vida, buscar respostas na Filosofia.

Tal resolução era bem pouco prática, pois sabia que, se me dedicasse completamente à Filosofia, teria que me restringir, para ganhar a vida, ao magistério, a ser professor. E sabia também, que, pelo menos no ambiente em que vivia, tal profissão era pouco remunerada, além de me impor a tarefa de tornar-me um expositor de ideias alheias, ou sejam, das ideias daqueles que eram considerados filósofos, pelos padrões das Histórias da Filosofia.

O atrevimento de pensar por mim mesmo, ou seja, de ser mais um “filósofo”, ao invés de meramente expositor das ideias dos outros, parecia me condenar a pertencer a uma das correntes filosóficas existentes, de preferência a que estivesse na moda, sob pena de arriscar-me a não seguir o currículo, ou ser desacreditado, ou até mesmo perder meu emprego.

Quanta desilusão me custou descobrir finalmente que a autêntica Filosofia exigia reinventar a roda, e antes compreender as perguntas, ao contrário de enredar-me na dialética das respostas!

Meu trabalho passa por quatro fases (este livro pertence à quarta). A primeira foi dedicada à Filosofia da Ciência, na qual fiz o Mestrado e o Doutorado, que me firmariam na “carreira”, e resultaram num livro escrito originalmente em inglês, publicado pela Universidade de Boston (1985²). Nesse livro, ousava pensar um pouco por mim mesmo, como é requerido nos doutorados.

2 Fernandes, S. L. de C. *Foundations of Objective Knowledge The Relations of Popper’s Theory of Knowledge to that of Kant*. Dordrecht: D. Reidel, 1985.

A segunda fase foi dedicada a uma avaliação crítica da própria Filosofia como ideia ocidental e ao que era considerado o “último enigma”, pela Filosofia Analítica, ou seja, a natureza da consciência. O resultado foi exposto na minha tese para Professor Titular de Filosofia Geral na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, publicada num livro, em 1995³. Este livro já era francamente “autoral”, por oposição à mera exposição do pensamento alheio.

Essa etapa levou-me à terceira fase, ou a uma disciplina filosófica que caíra em relativo descrédito, a Antropologia Filosófica, por mim tratada como subordinada à Ontologia (teoria geral do Ser e da estrutura dos entes determinados), ou seja, no aspecto da Ontologia que escolhi, como investigação da natureza do ser humano. Essa investigação foi publicada no meu livro de 2005⁴.

A quarta fase, na qual se inserem, não só meu livro anterior (ainda a ser publicado⁵), mas também este que o leitor tem nas mãos, pode ser descrita como uma investigação de temas relacionados à Filosofia da Religião. Em princípio, não trato de nenhuma religião específica, ou instituída, mas da “vocação religiosa” que considero naturalmente inerente a todo ser humano, mesmo aquele que se considera totalmente “irreligioso”.

Com uma investigação filosófica sobre a natureza de Deus, chego finalmente ao que poderia ser considerado, este sim, o “último enigma”.

“Deus” é usado, no título, como equivalente a “Ser em si”, “Ser enquanto Ser, ou como tal”. Ao longo do livro, vou passar a usar apenas “Ser”, e não ficar acrescentando “como tal” etc. Mas o leitor fica aqui avisado do que desejo dizer. Mas por que diria eu que Deus é o Ser? Na verdade, essa conclusão impõe-se a mim por um puro exercício de Ontologia e também de Teologia: tudo aquilo que o puro Pensamento atribui ao Ser coincide com o que a pura Teologia também atribui a Deus: Ser supremo, eterno, imutável etc., exceto pelos atributos de ser “pessoal” e “moral”: mas isto seriam, no meu entender, projeções antropomórficas, não puro Pensamento. Mas essas projeções foram as tradições judaico-cristãs que fizeram, não a pura Filosofia. Nesse ponto, e, como veremos no texto, praticamente apenas nesse ponto, Aristóteles teria

3 Fernandes, S. L. de C. *Filosofia e Consciência: uma investigação ontológica da distinção entre aparência e realidade*. RJ: Areté, 1995.

4 Fernandes, S. L. de C. *Ser Humano: um ensaio em antropologia filosófica*. RJ: Ed. Mukharajji, 2005.

5 Fernandes, S. L. de C. *Experiência Religiosa: notas para uma filosofia da religião*. RJ: Ed. Mukharajji, no prelo.

pensado mais claramente que Platão. Este último atribuiu à Ideia suprema a característica de ser “o Bem”, enquanto, para Aristóteles, ela corresponderia às ideias de “motor imóvel”, “causa última” etc.

Distingo Ser de Existir. “Existir” é ser um ente determinado, e é o Ser que sustenta todos os entes nas suas existências. Assim posto, o leitor poderia concluir que “Deus” não “existe” e o que “existe” não é “Deus”. De fato, há um sentido, rigorosamente técnico, em que isso é verdade, na minha teoria: o que “existe” não “é”; o que “é”, não “existe”. Mas as coisas não são assim tão simples. Esse uso “estritamente técnico” exclui a Criação que, aliás, se dá na eternidade (fora do tempo). Ao criar, o Ser, ou Deus, se autolimita, e se “estende” em cada uma das criaturas ... e cria também o tempo – é por isso que a Criação só pode ser concebida fora do tempo.

É essa autolimitação que eu chamo de “Experiência”. “Experiência” não significa aqui “experiência de alguma coisa” (sentido objetivo de “experiência”), mas, sim, no sentido genitivo (a experiência é Dele, do próprio Deus), ou seja, “existir” é uma experiência de Deus: é ser, já não em si, mas *como* experiência. E “Ser Humano” é uma experiência de Deus. A lembrança infusa, inata, que todas as criaturas têm de que são Experiências de Deus, eu vou chamar de “Presença de Espírito”.

Mais não posso dizer aqui, pois seria como escrever todo o livro no seu Prefácio. De modo que passo aos agradecimentos.

Agradeço a Paulo A. Fernandes, a quem o livro é dedicado, por me ter pedido para escrever um livro sobre Deus, e por me ter desafiado a escrevê-lo *para todos*, e não apenas para pessoas de formação filosófica – o que tentarei fazer pela primeira vez em minha vida. Agradeço a ele e a Debora Campos, por lerem as primeiras versões, e me mandarem comentários por e-mail, tanto sobre a estrutura do texto, quanto sobre pontos específicos.

Francamente, não sei se estarei à altura da tarefa, pois estou condicionado a escrever para meus pares. Li uma vez, num livro de Física, que quando um físico escreve um livro para leigos, tem sempre a secreta esperança de que um de seus pares esteja sempre vigiando, por cima de seus ombros; e que o inverso também vale: quando escreve para seus pares, espera que algum leigo esteja espiando ...

Penso que os Prefácios devem explicar o título, e as Introduções a estrutura da obra. Desta vez, ao contrário do que aconteceu com meus outros livros, não tenho antecipadamente presente a estrutura do livro, de modo que estou deixando a Introdução para depois.

Aconteça o que acontecer, agradeço também, a Loryel Rocha, Kátia Porto e ao Instituto Mukharajj Brasilan, que me vêm apoiando de longa data, e a

Hamilton Vicente Machado, que me instigou – e continua a me instigar, sempre que fico “bloqueado” – a voltar ao trabalho.

E agradeço, acima de tudo, a Deus, de Quem sou uma Experiência, pela oportunidade de contribuir mais uma vez para Sua compreensão.

Niterói,
15 de fevereiro de 2018
S. L. de C. F.

Introdução

Há muito, muito tempo, um filósofo e místico árabe, chamado *Al-Ghazali*, afirmou que a razão era o “instrumento de medida” de Deus na Terra.

Certamente nosso filósofo não podia estar usando “razão”, pelo menos exclusivamente, no sentido hipotético-dedutivo: se isto, então aquilo; se as premissas são verdadeiras, então a conclusão também há de ser verdadeira, sob pena de não estarmos pensando racionalmente. É evidente que a razão hipotética não prova nada: nem a verdade das premissas, nem a da conclusão, se tomada independentemente das premissas. Trata-se de um sentido muito fraco de “razão”, embora seja nele que se apoia a ciência, cujo método é hipotético-dedutivo (e experimental, na medida em que procede por ensaio e erro).

Mas há outros sentidos de “razão” (quase todos pré-aristotélicos). No mínimo – se tomarmos a riquíssima polissemia do grego “logos” – há razão como proporção, como medida comum (a razão de 9/6 é 3), e até como harmonia. Isso, para não falar da concepção vulgar, que levou a expressões como “racionalizar” alguma coisa, não só em teoria psicanalítica, mas também econômica (“racionalize sua empresa”, por exemplo, ou seja, maximize o lucro e minimize os custos ... etc).

No Prefácio, afirmei que minha conclusão de que a verdadeira natureza de Deus é a mesma que a verdadeira natureza do Ser, ou do Ser enquanto tal, enquanto Ser, não se originava nem de crença, nem de Fé, menos ainda, digo agora, de alguma Autoridade. Gostaria de acrescentar, logo aqui, na Introdução, que a referida conclusão – na qual se baseia todo este livro – se origina do que vou chamar de uma “intuição racional”. “*Intvire*” significa, literalmente, “ver dentro, diretamente”; e “racional” significa, aqui, não se tratar de algo “visionário”, mas do puro exercício da razão no plano especulativo da Ontologia, ou teoria geral do Ser enquanto Ser. O mais próximo equivalente é o inglês “*insight*”.

A estrutura deste livro é bastante simples. Contém duas partes, “O esquecimento” e “A lembrança” do Ser. Trata-se de explicar em que consistem essas duas coisas, e as consequências de cada uma. O principal obstáculo à compreensão dessas coisas é nossa ideia usual de “Criação”. Estamos condicionados a conceber a Criação como algo temporal. Mas como o tempo (e o espaço) são criados junto com todo o resto, não há um tempo prévio em que a Criação pudesse ter ocorrido: ela nunca teve início, e nunca terá fim, pois está fora do tempo, na eternidade. Sempre houve e sempre haverá Criação.

Outro obstáculo é que Deus, como O concebo, sendo equivalente ao puro Ser, não é pessoal, nem, conseqüentemente, moral, o que me põe na contramão de todas as tradições judaico-cristãs. Não há como trocar Filosofia em miúdos, de modo que se eu tentasse introduzir o leitor a essa concepção de Deus como Impessoal e Amoral, eu teria que explicar tudo que vem a seguir, de uma vez só, o que não é possível, já que os livros foram inventados justamente para que nada aconteça de uma vez só.

Fico, então, por aqui. E que o leitor tenha paciência, ou deixe o livro de lado (Mas ele é tão curto!).

1. O Esquecimento do Ser

1.1 Senso e contra-senso

Era uma vez um professor de Matemática do século XIX, formado em Oxford (Inglaterra), onde trabalhou a vida inteira, que se interessava, escrevia e publicava sobre muitas coisas variadas. Era Lewis Carroll, pseudônimo de Charles Lutwidge Dodgson. Dentre seus livros, um deles, *Alice no País das Maravilhas* (*Alice's Adventures in Wonderland*, 1865⁶), acabou considerado como uma de suas obras-primas, ao longo do século passado, por filósofos das mais variadas tendências. Nele, há uma passagem em que Carroll descreve um trecho de um diálogo entre Alice e um dos principais personagens, Humpty-Dumpty:

“Quando eu uso uma palavra”, Humpty-Dumpty disse, num tom um tanto desdenhoso, “ela significa exatamente o que eu escolho que ela signifique – nem mais nem menos.”

6 Carroll, L. *Alice's Adventures in Wonderland*. London: Macmillan, 1865.

“A questão é”, disse Alice, “se você pode fazer palavras significarem tantas coisas diferentes.”

“A questão é”, disse Humpty-Dumpty, “quem é que vai ser o mestre – isso é tudo”.

Eis o que acontece em qualquer livro de Filosofia para todos, sobretudo se for um livro sobre “Deus”. Sigo, aqui, Robert Charles Zaehner, também de Oxford, catedrático de Religiões Orientais e Ética, que abre precisamente com esse diálogo seu grande livro *A Comparação entre Religiões* (*The Comparison of Religions*, 1958⁷). Outro de seus livros, de enorme importância, chama-se *Misticismo: Sagrado e Profano* (*Mysticism, Sacred and Profane*, 1957⁸). Minha admiração não quer dizer que eu concorde com tudo Zaehner escreveu neles (V. meu último livro, *Experiência Religiosa: Notas para uma Filosofia da Religião*, para ver o quanto eu discordo dele, e em muitos pontos).

Em contrapartida, e se não me engano, é também naquele livro de Carroll que a Rainha diz que gosta de pensar em pelo menos meia dúzia de coisas impossíveis antes do café da manhã. Pois bem, eu ando pensando em pelo menos uma: escrever este livro. Não é à toa que sempre gostei de usar – nos momentos oportunos, é claro! – o *nonsense* (contrassenso, absurdo etc). É que eles frequentemente funcionam como sacudidelas, para despertar as pessoas de seus hábitos mentais.

O leitor já se deu conta do vazio e, ao mesmo tempo, da plenitude, que há em saudações habituais e *en passant*, como “Tudo bem?” ou “Como vai?” Pois à primeira respondo frequentemente com um seco “Não”, e à segunda, com um igualmente seco, “Mal.” As pessoas em geral, que não estão interessadas em nada disso, costumam não prestar atenção, ou, se eu tiver sorte, tropeçam ligeiramente nos seus próprios hábitos, como se tivessem seu sono perturbado pelo voo de um mosquito.

Ou, se já tentaram outra trivialidade, quando debaixo do Sol, comentem, “Que escuridão!”, ou ainda, na mais densa escuridão, observem, “Como o Sol está brilhando forte!”. Aqui, em geral, as pessoas acham graça. Não foi para fazer por menos que Fernando Pessoa escreveu versos tão famosos, como “Há

7 Zaehner, R. C.: *At sundry times: an essay in the comparison of religions*. London: Faber and Faber, 1958.

8 Zaehner, R. C.: *Mysticism, Sacred and Profane. An inquiry into some varieties praeternatural experience*. Oxford: Clarendon Press, 1957.

metafísica bastante em não pensar em nada”, ou “Tudo o que vemos é outra coisa.” E não é para fazer por menos que venho tratando a Filosofia como uma cruzada contra o sonambulismo...

Este livrinho está cheio de pequenos e grandes sustos, capazes, se eu for competente, de fazer o leitor suspender (perder?) o juízo. Os principais são da extirpe do Sol da Meia Noite, ou das Trevas do Meio Dia. Que tal sussurrar (ou gritar?) aos ouvidos do leitor que Deus é como o Ser: Impessoal e Amoral? (!). Se decidir continuar a ler o livro, o leitor vai ter que dormir com o barulho desse mosquito a zunir-lhe nos ouvidos.

1.2 O exemplo da palavra “conhecimento”

Vamos então ver o que acontece com nosso uso habitual de “conhecer”. Estamos acostumados a usar essa palavra no sentido de adquirir alguma coisa que não tínhamos e gostaríamos de vir a ter, de possuir. Esse uso é habitual, não só para as pessoas comuns, mas também para aquelas que se vêm engajadas em algum tipo de “busca”, muitas vezes “espiritual”, e também para os que se dedicam à Ciência. Esse é o uso a que estamos condicionados (Podemo-nos distinguir quanto aos nossos graus de conhecimento, mas somos todos iguais quanto à nossa ignorância, que é infinita).

Mas há um outro sentido de “conhecer”. Ele foi descoberto no Oriente (lembre-se de que é no Leste que nasce o Sol) e redescoberto no Ocidente, por ninguém menos que ... Sócrates e Platão. Não vou entrar em detalhes sobre isso, porque este livro é para todos, não apenas para filósofos. Não estamos nada acostumados com este outro sentido de “conhecer”. Na verdade, ele é o oposto, o contrário do significado usual. “Conhecer”, aqui, não é adquirir algo que não tínhamos e desejamos ter: é livrar-se daquilo que nos impede de nos lembrarmos do que já sabíamos, mas havíamos esquecido, havíamos coberto, velado pelo véu do esquecimento.

Em vez de acrescentar, remover. Em vez de buscar ansiosamente, desistir da busca e ficar quieto, deixando que a verdade se revele por ela mesma. Em vez de cobri-la com mais e mais véus, descobri-la como alguma coisa que já estava lá, desde sempre, no fundo da nossa consciência.

O primeiro sentido de “conhecimento”, tal como urdido pela Mente, pelo Pensamento, e pela linguagem, é biológico, adaptativo. O outro sentido é espiritual e tem muito a ver com o que chamamos de “Deus” ao verdadeiro Deus.

Seria preciso dizer às religiões instituídas que elas vêm tratando suas ruidosas “revelações” e tiranias dogmáticas como “conhecimento” do primeiro

tipo: algo que não se tinha e que se pode vir a ter. Mas não se chega a Deus por este tipo de “conhecimento”. Por este tipo de “conhecimento” chega-se às guerras religiosas e à futilidade das escolásticas. Já pelo outro tipo de “conhecimento”, no silêncio da meditação, não se chega a lugar algum – pois não se pode “chegar” lá onde jamais deixamos de estar. Não se pode “evoluir” no tempo ao que é atemporal, eterno.

1.3 Mente, Pensamento e Linguagem (MPL), e ... distinção entre significados de “consciência”

Este outro significado de “conhecimento” tem um nome que o distingue: é “sabedoria”. Não posso deixar de me lembrar, aqui, de Humpty-Dumpty: “Quem é o mestre?” E a interpretação que lhe dou agora é a seguinte. Quando usamos uma palavra com seu significado habitual, usual, corrente, comum, é como se a Mente, o Pensamento e a Linguagem (MPL) fossem o nosso mestre. E isso é o contrário do que devia acontecer. Em vez de sermos usados pela MPL, somos criados para sermos os *usuários* dela (eis o sentido que dou a “mestre”).

Isso não é nada fácil. Quando estamos sendo “usados” pela MPL somos escravos do senso comum, “mergulhados” nele, e o senso comum não é sempre o bom senso. Mas isso não é nada fácil porque usar, e não meramente ser usado, pela MPL exige nossa compreensão da verdadeira natureza da MPL. E só podemos compreender a verdadeira natureza de alguma coisa quando, de algum modo, estamos “fora” dela, tomamos alguma distância, como se a tomássemos como objeto ... de quê? Da própria Mente? Mas como seria possível usar a Mente para compreender a verdadeira natureza da própria Mente?

Na verdade, não se trata só da Mente, a ser tomada isoladamente, mas do complexo Mente-Pensamento-Linguagem, que estou abreviando como MPL. Como usar a MPL para compreender a MPL ... sem estar, de algum modo fora da MPL? O objetivo, no meu entender, não é extinguir a MPL, como pretendem certas yogas orientais, mas, sim, ser o mestre, o usuário, e, não, meramente ser usado. É a MPL que teria que continuar a ser usada – de algum modo especial? – por ... quem? – alguém especial?

Disse que não se trata de extinguir a MPL, não mais do que extinguimos um objeto qualquer quando o tomamos como objeto. O objeto permanece lá. Estamos habituados a chamar essa tomada de algo como objeto de “consciência”. E acrescentamos “intencional” para indicar o ato de dirigir-se ao objeto. Acontece que este é o sentido vulgar de “consciência”. O ato de “enfocar” um objeto é um ato tipicamente mental e consciência e mente são duas coisas distintas.

A Mente é inconsciente. É biossocial, transindividual, e conjura o Pensamento e a Linguagem. A Mente é simplesmente o que o cérebro faz, e é ela que é intencional. A Consciência – agora a verdadeira Consciência, com C maiúsculo – pertence ao nível ontológico do Ser, não da Existência. É pura luz, sem coisa alguma que a reflita, de modo que é invisível. É como uma vidraça perfeitamente transparente e perfeitamente limpa. Se alguma coisa refletir essa luz, ou seja, se a vidraça estiver suja, a mente projeta essa coisa como objeto da intencionalidade, e a vidraça recua, inalterável, sempre perfeitamente transparente.

A expressão “estados alterados de consciência” (c minúsculo) não pode ser aplicada à Consciência (C maiúsculo). Só teria sentido falar de “estados mentais alterados”. Não se pode “perder” a Consciência: quando desmaiamos, por exemplo, o que se obscurece é a mente (o que o cérebro faz). Foi no sentido vulgar que a chamada “consciência” foi considerada pela Filosofia como “o último enigma”. O máximo a que a “Filosofia Analítica” chegou em suas tentativas de elucidar o significado de “consciência” foi à fórmula “como é ser x (para x , evidentemente)”. Se houvesse alguma coisa que fosse “como é ser uma mesa”, por exemplo, então poderíamos considerar a mesa como consciente. É claro que não se conseguiu elucidar coisa alguma: estava-se errando o alvo errado.

Distinguir entre Mente e Consciência é tão importante quanto distinguir entre Existir e Ser. Se tomamos o sentido verdadeiro de Consciência, não só a Mente, mas todo pensamento e toda Linguagem (MPL) são inconscientes. A verdadeira Consciência é pura Luz e perfeitamente transparente. Face a essa Luz e a essa transparência, o complexo que estou chamando de MPL é obscurecimento, opacidade. A Consciência em si está para a MPL como o despertar está para o sono, como uma lembrança está para o esquecimento.

No entanto, é esse esquecimento que torna possível a Experiência. Não há Experiência sem algum grau de ignorância, de obscurecimento, de falta de transparência, ou opacidade. De modo que o despertar desse sono, acendendo a Luz, equivale a cessação de toda Experiência, a menos que elaboremos o sentido de uma “Experiência sem experienciador”, ou “Experiência em si”. E esta é nossa verdadeira natureza, assim como a verdadeira natureza do Ser: somos nossa Experiência, não a “temos” (V. *Ser Humano*, primeiro Capítulo).

Quando se atinge esse nível, só há Experiência, sem algum experienciador em particular. Estamos fora do tempo, e o ego, essa mais importante das configurações da MPL, terá sido finalmente compreendido – e transcendido. Mas essa compreensão é sempre eterna, pois não se pode atingir no tempo aquilo que está fora dele, é atemporal.

1.4 Sabedoria

Eis o que acontece quando nos lembramos daquele *outro* significado de “conhecimento”, que já surgira nos *Vedas* (e, sobretudo, nos *Upanishades*), e foi redescoberto no Ocidente por Sócrates e Platão (V, 1. acima). Ele tem um nome: é “Sabedoria”. E Sabedoria é Iluminação. É à *luz* da Sabedoria que se compreende a verdadeira natureza da MPL. Não compreender a MPL é ser “assujeitado” a ela, é ser sujeito a ela, é ser usado por ela sem poder usá-la. Na sua compreensão não há sujeito nem sujeição: o sábio não é alguém em particular, e é verdadeiramente livre.

Chamo essa libertação da sujeição de “Presença de Espírito”. Trata-se da presença do Ser no plano da Existência. A MPL continua a funcionar, mas já não há mais “alguém” ali identificando-se objetivamente a um papel social determinado (o papel de ser fulano ou sicrano): agora há uma participação na obra do Espírito, pela mais pura Atenção. O sábio transita entre os mais diversos papéis que desempenha, sem identificar-se objetivamente a qualquer um deles (Veremos, na Segunda Parte, que esta é a condição que torna possível a verdadeira compaixão).

Haverá muito mais, na Segunda Parte, a dizer sobre a “Sabedoria”. Por enquanto, fiquemos com essa compreensão: Sabedoria é Iluminação. E a Iluminação é absolutamente desprovida de “sujeito”: há Iluminação e ponto final.

1.5 Fatores que levaram ao esquecimento do Ser

Aquilo que melhor define o esquecimento do Ser é Sua redução à Existência.

Pense o leitor numa moeda. Ela tem duas faces distintas e inseparáveis. É como se o Ser enquanto tal estivesse de um lado, o existir, do outro. Ser o Ser enquanto tal é não ser coisa alguma em particular. Existir é ser algo determinado. E tudo que há tem os dois lados, como a moeda. Por um lado, “é”, apenas “é”; por outro lado, é alguma coisa em particular, ou seja, não “é” apenas, mas “existe”, ou seja, é um ente.

No Ocidente, o processo de esquecimento do Ser começou com a Metafísica da Aristóteles, um discípulo de Platão. Sua Metafísica, no meu entender, nunca passou de uma racionalização, em termos de sujeito, verbo e predicado, da estrutura gramatical indo-europeia subjacente à língua grega. Ele reduziu a noção de Ser à noção de substância (substância primeira), ou seja, ao que pode ser sujeito de predicções, estas chamadas de substâncias segundas. As substâncias primeiras foram concebidas como aquilo que não pode ser predicado.

Não se pode, já disse e repito, trocar Filosofia em miúdos, mas, digamos que substâncias eram as coisas tal como as percebíamos, pedras, cavalos, mesas etc. O “Ser” passou assim a significar “ser determinado”, ou “ente”, e, por outro lado, o que pode servir de predicado (substância segunda), passou a ser concebido como inerente ao sujeito (substância primeira). Desse modo, no Ocidente, dada a enorme influência de Aristóteles, “Ser” foi reduzido a “Existir”. Nada restou do Ser tal como fora concebido por Parmênides e Platão. É significativo que se tenha pintado aquele quadro famoso, em que Platão e Aristóteles caminham lado a lado, enquanto Platão aponta para cima, e Aristóteles aponta para baixo.

A partir daí, as reflexões sobre o Ser, que a tudo sustenta na Existência – em última análise, Deus – restringiram-se à Sua existência, ou inexistência. Perde-se até hoje um tempo e um esforço enormes para argumentar sobre se Deus existe ou não existe. Isto significou uma subordinação do Pensamento ao funcionamento da Linguagem e conseqüente confusão da Mente com a Consciência. O significado desta última reduziu-se ao de Mente objetiva, ou “consciência de alguma coisa” (“consciência intencional”). Enquanto isso, no Oriente, à parte o panteão dos deuses, dos quais, como na Grécia, se poderia ter “consciência” intencional, a noção de Ser supremo, ou Ser como tal, permaneceu associada à noção de Consciência pura, em si mesma, não intencional (ou “iluminação”, como explicado acima).

Visto em perspectiva, o que acontecera na Filosofia ocidental fora uma traição à Sabedoria (*sofia*) em nome da mera amizade (*filia*). Ao contrário, o que aconteceu nas tradições orientais de Sabedoria foi que esta jamais foi objeto de mera “amizade”, mas sempre foi, e ainda é, a Consciência em si mesma, não intencional, ou “Iluminação”.

Muitos foram os fatores que determinaram, para o Pensamento ocidental, o esquecimento do Ser. Se abstrairmos os oito séculos em que Santo Agostinho, que era platônico, e sua vasta obra dominavam o cenário filosófico, a influência dominante do pensamento aristotélico, tornada ainda mais poderosa pela sua fusão com a dogmática do cristianismo, ao longo da alta Idade Média, do Renascimento e da Filosofia Moderna (o filósofo moderno é obcecado por Deus, mas só consegue concebê-lo como substância), devemos considerar a má compreensão da natureza da Ciência. Esta tem sido entendida como dando pouca importância à teoria e máxima importância ao que existe (dado empírico) – como se o que é dado à experiência objetiva não fosse sempre produzido por teorias (conceitos etc)!

Mencionando-se, *en passant*, a (ainda) pouca divulgação das tradições orientais de Sabedoria – descontando-se os desvarios da “Nova Era” e da banalização da “autoajuda” – há de se considerar também o niilismo

pós-moderno (“morte de deus”, anti-humanismo etc.) e, mais recentemente, os “vetos” à Filosofia, por exemplo, o de Wittgenstein e o de Quine, ambos contra-filósofos muito influentes. O primeiro, levando às últimas consequências a má compreensão da Mente, do Pensamento e da Linguagem, afirmou que sobre aquilo que não podemos (?) falar devemos (?) calar – como se não fosse justamente aí, que se torna interessante falar! O segundo, levando às últimas consequências a redução aristotélica do Ser ao Existir, lançou o slogan de que Ser é ser o valor de uma variável, além de subordinar a Filosofia à Ciência, sem a menor cerimônia.

Mas os absurdos acima são resultados da contra-filosofia chamada de “Filosofia Analítica”, influente nos países de língua saxã. Considero mais agravante o enorme equívoco do filósofo alemão, Heidegger, que reduziu Ser a Existir (“*dasein*”). Eis no que deu a perversidade de Aristóteles!

Não é à toa que, numa das mais importantes enciclopédias filosóficas do século XX, o artigo dedicado a “Deus” restrinja-se a argumentos pró ou contra Sua existência! E também que um terrorista cultural chamado Richard Dawkins tenha podido publicar um best-seller intitulado *Deus: a Ilusão* (*The God Delusion*, 2006⁹). Dawkins é um cientificista obcecado por Biologia (chamo de “cientificistas” todos os que subordinam a Filosofia à Ciência). Ora, enquanto a Filosofia *pode* compreender a verdadeira natureza da Ciência (V. meu livro *Ser Humano*, 2005), esta não tem recursos para sequer formular problemas filosóficos. (Desde 2006, muito já foi publicado contra o livro de Dawkins, inclusive um intitulado *The Dawkins Delusion ...*)

1.6 Consequências do Esquecimento do Ser

Até aqui, tentei descrever em que consiste o esquecimento do Ser: a redução do Ser ao Existir, o empirismo cego do senso comum daí decorrente, que acredita no “dado” sem pré-conceito (“conceitos” são teorias), a substituição de Deus pela falibilíssima Ciência, o esquecimento de que até hoje os matemáticos não sabem o que é um número, os lógicos e linguistas não sabem o que é o significado, a Física não conhece a origem do Universo, a Biologia não explica a biogênese e mal conhece a morfogênese etc. (Para não mencionar as “Ciências” Sociais, que não sabem nada ...).

9 Dawkins, R. *The God Delusion*. London: Bantam Press, 2006.

Talvez as conseqüências do esquecimento do Ser possam ser agrupadas em três mais importantes, ou radicais, pois estariam na raiz de todo o resto.

(a). Uma delas é que, se o Ser é concebido como em ente, ou seja, um determinado existente (“substância”, para Aristóteles), torna-se de suma importância que Ele “apareça” como algo “dado” na experiência ordinária. Ora, como Ele não aparece como tal, mas tão somente como incorporado em suas criaturas, por meio da Mente, do Pensamento e da Linguagem (MPL), exposto ao que a MPL julga que é o tempo e o espaço, então Ele talvez não exista! Bem, como tampouco aparecem à experiência ordinária não só o vazio entre as partículas subatômicas, mas também a velocidade vertiginosa com a qual nos movemos pelo universo – somando-se a rotação da Terra, a rotação desta ao redor do Sol, o movimento deste através da galáxia, e o movimento desta pelo universo em expansão – faria todo sentido perguntar se essas coisas existem ou não existem. Acabamos por pensar que elas existem porque estamos equipados de pré-conceitos teóricos sobre sua existência.

Analogamente, um ser humano equipado de pré-conceitos teóricos sobre a existência de Deus, acabaria por toma-lo como dado à experiência ordinária (ou, no mínimo, acabaria aceitando Sua existência). De fato, isso acontece com alguns místicos e alguns religiosos.

O que estou tentando dizer é que o que existe ou não existe depende desses eficazes editores de perceptos, por uns chamados de “crenças”, por outros de “fé”. Quando se trata de coisas que não são literalmente experimentáveis como dados empíricos, como acontece com muita frequência na Ciência e nas religiões, nossos “compromissos ontológicos”, diria Quine, dependem, de fato, do valor das variáveis de nossas formulações. De modo que faz tanto sentido discutir e argumentar sobre a existência ou inexistência de Deus quanto faz sentido fazê-lo sobre uma cadeira, uma cobra ou a Lua.

Tanto nesse item (a), como nos seguintes, (b) e (c), estamos perdendo tempo, pois Deus não “existe” nesses sentidos ordinários, determinados pelo senso comum. *Deus, ou o Ser, não tem Face*, só tem máscaras, e essas máscaras reduzem-se, por sua vez, às máscaras usadas por Suas criaturas, e que dependem, por sua vez, de suas crenças e de sua fé.

(b). Com o esquecimento do Ser, e Sua conseqüente procura no plano da Existência, onde jamais O poderíamos encontrar como tal, além da absurda “escolástica” que se desenvolveu em torno de Sua existência ou inexistência (item a, acima), essa ausência, esse ocultamento de uma Face que jamais poderia surgir provocou, como sucedâneo, ondas e mais ondas de projeções

antropomórficas sobre Sua discutível Existência. Dentre essas, as mais notórias têm sido concebê-lo como “pessoal” (*sic*) e, por cúmulo, “moral” (V. c, abaixo). Não tem sentido conceber o Ser como “persona”, e ainda menos sentido como “interessado” no Bem e no Mal, que são conjurações da MPL.

Se há alguma coisa parecida com o “Bem”, é nossa lembrança do Ser, da qual decorre a verdadeira compaixão (V. II, abaixo). Não há nada na ideia de Ser que sugira que Ele é “bom” ou “mau”. Se há alguma coisa parecida com o “Mal”, é nosso esquecimento do Ser, do qual decorre essa monstruosa conjuração da MPL chamada de “eu”, que torna impossível a compaixão. O “eu” surge e é alimentado por um só pensamento errôneo: “Eu sou aquilo que penso que sou”. Ora, se sou eu que está pensando, como poderia ser também aquilo em que estou pensando, ou seja, o objeto? Mais uma vez, um Descartes foi enganado pela má compreensão da verdadeira natureza da Linguagem. Aristóteles ressurgiu, no limiar da modernidade, com a ideia cartesiana de que há três substâncias, a divina, a “pensante” e a extensa, todas elas existentes, pois o Ser estava completamente esquecido. Assim, a MPL conjurou o pensamento: “sou uma substância pensante”.

(c). Com a redução existencial e as projeções antropomórficas (a e b), surge toda uma parafernália de horrores: culpa, medo, castigo, inferno, pecado etc – e seus corretivos: planos de salvação, igrejas, expiação etc. Se a Criação fosse concebida como ela é, ou seja, eterna, fora do tempo, pois este é criado junto com tudo o mais, não teria sentido pensar em “planos de salvação”. Há Criação desde sempre, e ela não teve início nem terá fim.

Como a “autolimitação” do Ser é parte de sua própria estrutura, não havendo “perda ontológica” e não resultando de “vontade” alguma, pois não há “persona” envolvida, e como, para que haja Existência, é necessário algum esquecimento, ou seja, alguma opacidade que reflita a luz, pertence também à estrutura do Ser uma espécie de consolador, para que a luz, por mais pálida que seja, esteja presente em toda Existência. É esse consolador que eu chamo de Presença de Espírito. Trata-se de uma lembrança, por mais vaga e tênue, de que somos criaturas, de que somos Experiências Dele, que “sai na chuva pra se molhar”. Minha afirmação dessa Presença não é uma crença, nem, o que é muito diferente, um ato de fé: trata-se de uma necessidade puramente ontológica, uma constatação, digamos assim.

Seria absurdo pensar que Deus se “incorporou” na Existência uma única vez, ou em uma só criatura: todos os entes participam da Obra da Criação, por mais obscura e pálida seja a existência de cada um. Nada, absolutamente nada é esquecido no plano da Existência. Até os mais excruciantes

pensamentos de abandono, como, por exemplo, “Pai, por que me abandonaste?”, são compensados pela Presença como lembrança: “Eu e o Pai somos um”. Isto acontece com todas as criaturas – pelo menos com as criaturas sencientes – e não apenas em alguma criatura privilegiada.

Resumindo, estas são as três principais consequências do esquecimento do Ser: (a) Redução existencial e intermináveis discussões sobre a existência ou inexistência de Deus; (b) Projeções antropomórficas levando a concepções de um Deus Pessoal e Moral; e (c) a inefável lembrança de que somos Experiências de Deus, tornada possível pela Presença de Espírito.

O Mal daí decorrente, consequência da incompreensão da verdadeira natureza da Mente, do Pensamento e da Linguagem (MPL), consiste em três separações daquilo que, de direito, deveria estar unido: estamos separados de Deus, que procuramos em vão no plano da Existência; estamos separados de nós mesmos, pela identificação objetal (pensamos que somos o que pensamos que somos); e estamos separados dos outros, aos quais só temos acesso pelo comportamento externo. Desse modo, ao pensarmos que vivemos apenas na Existência, estamos sozinhos e com medo, condenados à depressão ou à agressão (todo ataque é um pedido de ajuda). Aglomeramo-nos em igrejas na ilusão de amenizar o desespero, mas igrejas só iluminam alguma coisa quando pegam fogo.

O que está separado só se reúne quando nos lembramos de que somos Deus, enquanto Experiência, ou seja, somos Experiências de Deus. Até que nossa Mente se abra e esta lembrança se torne presente à nossa Experiência, só há, em última análise, sofrimento. A frase, bastante comum, “Esse Mundo é um vale de lágrimas” expressa bem essa dor de existir. Ela não poupa ninguém: atinge até os saudáveis e os ricos. E é o objeto da compaixão daqueles que se iluminaram, mas abriram mão do Nirvana para permanecer indefinidamente no Samsara para libertar os sofredores (budismo Mahayana).

A semente da relembração do Ser pode estar longe no caso do sofrimento e no caso da identificação com o ego, mas está mais acessível no caso da permanência de todas as coisas. Pelo menos para quem consegue raciocinar corretamente sobre a verdadeira natureza do Devir, ou seja, o vir-a-ser outra coisa. Trata-se de um raciocínio difícil, e exige, como sempre, que se escolha cuidadosamente as palavras, para que elas venham a significar exatamente o que queremos que elas signifiquem e isto quer dizer que já é requerida aqui uma certa compreensão da verdadeira natureza da Mente, do Pensamento e da Linguagem.

Dito da maneira mais direta e concisa, penso que, se tudo muda, então nada muda, e o mundo é uma coleção de instantâneos, em que não há Devir, porque não há “sujeito do Devir”. Aquilo que muda tem que permanecer o

que é, para que possa ser uma coisa, depois outra, e assim sucessivamente. Há de haver algo permanente subjacente à mudança da lagarta para a borboleta, ou uma laranja permanente subjacente à sua mudança, de laranja verde para laranja madura. Se este “algo permanente” também mudar, também for impermanente, não poderemos reconhecer mudança alguma.

Ao dizer que tudo é fluxo (Heráclito, por exemplo), ou que tudo é impermanente (Buda), os filósofos da mudança deviam estar apontando para outra coisa. Não para a permanência de algo que não muda (sujeito da mudança), pois, neste caso, estariam sendo incoerentes, mas sim para o fato de o que a MPL chama de “tempo” não passa de uma ilusão: se até mesmo os “sujeitos das mudanças” mudassem (fossem “impermanentes”), não haveria nada fixo que pudesse mudar, só haveria instantes, *e o instante é fora do tempo, é eterno.*

Filósofos do devir! “A língua é o chicote do rabo”! (Ditado popular) Ou, então, de um koan:

Um filósofo veio ao Buda um dia/ e lhe perguntou:/ “Sem palavras e sem ficar mudo,/ Você me contará a Verdade?”/ Buda permaneceu em silêncio. / O filósofo inclinou-se,/ e agradeceu ao Buda, dizendo:/ “Pela sua ternura,/ livre-me das ilusões/ e entrei no Caminho da Verdade.”/ Depois que o filósofo saiu,/ Ananda perguntou ao Buda/ o que ele havia atingido./ O Buda respondeu:/ “Um bom cavalo corre/ mesmo à sombra do chicote.”

Mas se Somos nossa Experiência, se essa é nossa verdadeira natureza (V. *Ser Humano*), e se tudo é instantâneo, fora do tempo, que é, no plano da Existência, uma conjuração da Mente, do Pensamento e da Linguagem, então vivemos na Eternidade, e nossa verdadeira natureza é eterna. Por isso afirmo acima que, se a semente da lembrança do Ser está longe no caso do sofrimento e da identificação com o ego, está mais acessível quando ponderamos justamente sobre a impermanência de todas as coisas. E não é porque o sofrimento passa e aquela identificação seja efêmera – é claro que tudo isso é verdade – mas sim porque uma ponderação cuidadosa sobre o caráter autocontraditório da noção de “devir” leva-nos diretamente à estrutura mítica do jogo de luz (V. *Filosofia e Consciência*).

Lux Aeterna (e *Ex Oriente Lux*). Uso a Luz como Platão, de direito, usou o Mito: quando a Razão confronta o Impossível – e eu (e a Rainha de Carroll) exijo da Filosofia nada menos que o Impossível.

Nossa “Essência” é pura Luz. Lembre-se de que Agostinho afirmou que o termo “essência” só devia ser aplicado a Deus. Expliquei acima que essa Luz é como uma vidraça perfeitamente transparente, de modo que o que se

chama de “Experiência” é como um obscurecimento (opacidade) naquela transparência perfeita (esquecimento, ignorância), o que tem o efeito de fazer com que a transparência perfeita recue, para sempre perfeitamente transparente. O que se chama de “Criação” é esse recuo do Ser ao projetar-se e impregnar a Existência.

2. A Lembrança do Ser

2.1 Verdade e iluminação

Ao criar, na eternidade, tudo que há, Deus cria o tempo, a Mente, o Pensamento, a Linguagem, ... e a Verdade. Embora não haja ninguém ali, no plano do Ser, é como se Deus criasse a Verdade com tal potência ontológica, que algo não se torna verdadeiro porque Ele o concebe, mas, ao contrário, Ele o concebe porque aquilo que Ele concebe é verdadeiro. Não precisamos da ideia cartesiana de que Deus é veraz: a Verdade emana de Deus como parte constitutiva de Seu estatuto ontológico. Não há nenhuma “Pessoa” ali, para “conceber” o que quer que seja, mas tudo se passa como se fosse tão impossível que Deus concebesse o Falso, quanto é impossível que Deus não seja o Ser.

Como Parmênides já sabia, há sempre uma divindade falando por nós, quando dizemos a Verdade. Não há caminho da Existência para a Verdade, tampouco da Verdade para a Existência. Não há caminho algum, porque toda iluminação é instantânea, fora do tempo. A ideia de “evolução” espiritual, ou aproximação gradual da Verdade é errônea, pois não se pode chegar no tempo ao que não está no tempo.

Embora não haja qualquer espécie de “vontade” envolvida aqui, as coisas se passam como se a Verdade sempre viesse de cima para baixo, jamais de baixo para cima. É como se a “iniciativa” fosse da divindade para a criatura e aparecesse como um desvelamento instantâneo do Ser, absolutamente gratuito, independente de méritos ou deméritos, esforços, disciplinas ou práticas. Este é que é o “mistério tremendo e fascinante”. A iluminação não é algo que possa ser buscado: a Verdade é uma terra sem caminhos (“*Truth is a passless land*”, como afirmou Krishnamurti, ao dissolver a Ordem da Estrela e partir em sua peregrinação pelo mundo.) Esta é a pura, pristina essência do Chan, ou Zen, a mais excelsa ramificação do budismo.

Havendo iluminação, a Criação, a Existência é uma grandiosa festa, e a vida, o Mundo, transfiguram-se na beleza das obras de Arte, que, quando belas, como afirmou O. Wilde, são uma alegria para sempre!

Tokusan estava estudando Zen com Ryutan./ Uma noite, Tokusan veio a Ryutan/ e lhe fez muitas perguntas./O Instrutor disse: "Já é tarde da noite./ Por que você não se retira?"/Tokusan inclinou-se/ e, ao abrir a cortina para sair,/ observou:"Está muito escuro lá fora."/ Ryutan ofereceu-lhe uma vela acesa/ para encontrar seu caminho./Mas, logo que Tokusan a recebeu, / Ryutan assoprou-a./ Neste momento,/ a mente de Tokusan abriu-se.

No momento em que voltaram as trevas, Tokusan compreendeu-as como a pura luz, invisível na ausência de qualquer opacidade na qual ela pudesse refletir-se. Foi o bastante. A partir daí, Tokusan compreendeu a verdadeira natureza da Mente, do Pensamento, e da Linguagem, e o Ser desvelou-se a ele como Presença de Espírito.

Misteriosamente, esta Festa é a fonte da verdadeira compaixão – que nada tem a ver, diga-se de passagem, com corações esfarelados por sentimentalismo. Mas como encaixar nesta Festa tudo aquilo que nossa Mente, nosso Pensamento e nossa Linguagem julgam que é a presença do Mal?

2.2 O problema do Mal

Em I, acima, descrevi o Mal como três separações. Agora é preciso ter a coragem de concebê-lo de acordo com a tese clássica. O Mal não tem Ser, não participa do Ser, é uma privação, é Ausência de Espírito. Mas já não afirmei que o Espírito – a lembrança do Ser – está presente *em todo* o plano da Existência?

Há bens que vêm para o mal e há males que vêm para o bem. O primeiro efeito da compreensão da verdadeira natureza da MPL é a suspensão do julgar. Já a tese clássica costuma ser expressa assim: o Mal é Ignorância. Será que está faltando alguma peça neste quebra-cabeça? O Mal se comporta como um *scandalon*, uma pedra de tropeço que encontramos a cada passo, seja qual for nossa visão de mundo. É inescapável. Parece não haver como contorná-lo, que dirá equacionar e resolver o problema que ele constitui.

Dispomos de algumas coisas líquidas e certas. O Ser, ou Deus, não é em si bom ou mau. É como uma vidraça perfeitamente transparente e perfeitamente limpa por onde perpassa a luz da pura Consciência, sem opacidade alguma que a faça refletir, ou voltar-se para si mesma. Mas esta é uma descrição incompleta da estrutura do Ser. É parte da estrutura ontológica de Deus ser Criador, desde sempre: a Criação nunca teve começo nem terá fim, pois é eterna, por mais difícil que seja entreter esta ideia.

Ora, a Criação é uma espécie de alienação, um sair de Si para apresentar-se na Existência. A criatura *ex-sistere*, está fora do Ser. Há um só modo de existir: é ser Experiência. É a Experiência que vai aparecer como aquilo que impõe limites à transparência da luz. Para que haja Experiência é preciso que haja algum grau de esquecimento, de ignorância, para que algo possa surgir na Existência. É essa ignorância, este esquecimento que provê a condição mínima da possibilidade de Existir. Esta é a raiz da tese clássica sobre o Mal. Pois a ignorância tem a forma da Mente, do Pensamento e da Linguagem (MPL). A MPL é criada: não teve começo nem terá fim. E ela dá forma de *falta de Ser* a tudo que existe, à toda Experiência. A principal Experiência do Ser é Ser Humano. E a forma precípua da falta de Ser, a MPL chama de “valor”. “Valor”, tal como a MPL o conjura, é o que não é, mas deveria Ser: trata-se da expressão mesma de estar fora do Ser, ou de Existir.

Estou dizendo que aquilo que a MPL chama de “Mal” é inerente à Experiência. É a indefectível, infalível Presença de Espírito que “preenche” a falta de Ser daquilo que aparece à MPL como “valor”.

Quando há Iluminação, a energia liberada, se fosse sensível, é análoga ao que, em Física, chama-se de explosão atômica. Pois, quando há Iluminação, desintegra-se o Ego, ou seja, a mais poderosa aglutinação de forças conjurada pela MPL. É o “morrer para si mesmo”: explosão de luz.

Entretanto, isso não é necessariamente o Nirvana, essa forma sutil de “egoísmo” espiritual (contradição em termos!). Imagine o leitor, como se fosse ficção científica, que o átomo pudesse desintegrar-se e integrar-se à vontade, com a desenvoltura e leveza com que passamos a trocar de máscaras (papéis), comovidos pela compaixão. E pronto (!): Nirvana é Samsara e Samsara é Nirvana, equação básica do Zen. Iluminados, transitamos sem resistência pelas infinitas existências. Não vejo como essa perambulação teria fim: ela consiste no próprio paraíso, instalado no plano da Existência.

2.3 O sábio e o Ego

O leitor já teve experiência de participar de um debate que parecesse com uma luta de esgrima? Um só momento de desatenção e ele pode ser derrotado. Seria usual que ele dissesse, então: “Faltou-me presença de espírito!” O mesmo acontece com o debatedor que tem a língua afiada, ou que tem a resposta certa, no momento certo. Seria usual que dissessem dele: “Ele teve presença de espírito!”. Pois algo análogo acontece ao sábio: ele tem Presença de Espírito.

“Ao contrário dos santos, com suas auréolas e milagres”, escrevi eu em 1995 (*Filosofia e Consciência*, 196 *passim*), “o sábio, na sua manifestação mais pristina, é o homem comum, a quem podemos encontrar em toda parte, sem que sejamos de nenhum modo ofuscados pela sua presença”. Se tivesse que assinar um documento, poderia perfeitamente escrever “*wu shih*” (“ninguém em especial”). No limite, diria eu hoje, “o sábio” pode não ser sequer uma pessoa, mas uma função, uma situação especial, que lhe faça as vezes. No entanto, não se engane: ao usar o Ego, pode muito bem ficar irado, ou dar uma sonora gargalhada. Tampouco se iluda com uma presumida domesticação do Ego: a Iluminação ainda precisa de “cordas e chicote”... Que fique claro, também, que só um sábio poderia reconhecer outro sábio – mas não teria o menor interesse nisso.

Digamos que a Iluminação seja como um Boi que teria sido perdido e precisa ser encontrado. É claro que não se pode procurar por aquilo que jamais fora perdido, e muito menos busca-lo de etapa em etapa, pois não se chega através do tempo àquilo que não está no tempo. Mas tudo, no Zen, se caracteriza por lições espirituais transmitidas com profunda ironia. Vejamos, então, como esta situação foi descrita por um mestre chinês do século XII. O que se segue é uma paráfrase, que aproveita, como versos, partes dos “comentários” tradicionais (não há porque respeitar a letra do Zen).

O pastoreio do Boi (As dez etapas da Iluminação)

1. *A procura do Boi. Desolado, pelas florestas,/ com medo, o Homem Comum/ procura o Boi/ e não o encontra./ Caminha por muitas trilhas,/ ao longo de rios sem nome,/ na densa mata escura./ Cansado, o coração pesado,/ busca, e não encontra./ Entretanto, ao entardecer,/ escuta as cigarras cantando nas árvores.* 2. *O Encontro das Pegadas. Nas sublimes palavras dos sábios,/ o Homem comum/ vê inúmeras pegadas e rastros/ na selva pisoteada./ Até que distância pode discernir as pegadas?/ Mesmo as gargantas mais profundas/ das mais altas montanhas/ não escondem o nariz desse Boi/ que se ergue diretamente ao Céu.* 3. *O Primeiro Vislumbre. Como o sal na água,/ como o canto das cigarras,/ como o gorjeio dos pássaros,/ como o brilho do sol ondulando nos salgueiros,/ em tudo o que percebe está o Boi./ Onde poderia esconder-se?* 4. *A Captura. O Boi Encontrado é força selvagem,/ indomável,/ que anseia por pastagens cheirosas./ O homem Comum captura/ o que precisa de cordas e chicote.* 5. *A Domesticação. Com firmeza,/ o Boi não precisa de cabresto./ Segue livremente o dono, de bom*

grado,/ onde quer que ele vá,/ em misteriosa normalidade. 6. A Volta à Casa. Montado no Boi,/ o Homem Comum é livre/ como a brisa fraca que sopra/ sempre onde ele está./ Em serena tranquilidade,/ canta com os camponeses e as crianças, de volta para a casa./ Esse Boi já não precisa/ nem de uma folha de relva. 7. O Boi Esquecido, o Eu Solitário. Desapareceu o Boi/ que levou o Homem Comum para casa./ Lá estão, inúteis,/ o chicote e a corda./ As nuvens luminosas/ banham eternamente/ o eu solitário. 8. O Boi Esquecido, o Eu esquecido. O Homem Comum não é um Buda,/ pois no fogo ardente,/ não há floco de neve que subsista./ O Homem Comum tampouco é um não-Buda./ As centenas de pássaros já desistem/ de encher de flores o seu quarto. 9. O Regresso à Fonte. Crescer e decrescer, ir e vir,/ manifestam a Fonte./ As flores vermelhas desabrocham vermelhas./ Na eterna primavera,/ as montanhas azuis são azuis./ Foi em vão que o Homem Comum deu seus passos./ Desde o mais remoto princípio/ jamais houve sequer um grão de pó/ que cobrisse a intrínseca pureza. 10. A Entrada no Mercado com mãos Prestativas. Descalço,/ o Homem Comum entra no mercado./ Como é largo o seu sorriso!/ Mesmo os mais sábios não podem encontra-lo./ Sem nenhum poder,/ faz árvores secas florescerem de repente. (Atribuído a Kakuan Shien)

É imensurável o grau de Sabedoria encontrável neste texto. Por exemplo, a virada do Hinayana (o Boi anseia por pastagens cheirosas ...) para o Mahayana (a domesticação): do anseio pelo Nirvana ao dar-se conta de que Nirvana é Samsara. Mas não pretendo interpretá-lo aqui. O texto fala por si mesmo. Fala sobretudo das relações perigosas entre a Iluminação e o Ego.

Antes de encerrar esta Seção, chamo a atenção do leitor para um detalhe: “sem nenhum poder”... Deus, de fato, não é o regente último da sinfonia da Existência por questão de “poder”. Não há “poder”. Ele rege a sinfonia por Sua pura Autoridade.

2.4 O Ser e a Experiência de Ser Humano

Tudo que existe é uma obra de arte, embora haja obras de arte que são feias, por qualquer padrão de avaliação – lembre-se do holocausto, por exemplo. Seguindo Kant, eu digo que “Gosto não se discute” é uma afirmação falsa: gosto é discutível, e como!

Contra Hegel, eu afirmo que “Consciência de Si” é impossível. A verdadeira Consciência, como já disse acima, é não-intencional, e, mesmo que o

fosse, seria consciência de um objeto – o “Si” não poderia ser o “si mesmo” (sujeito), pois é um objeto.

No entanto, paradoxalmente, “conhecer-se a si mesmo”, ou ter consciência de si, é uma vocação universal de toda consciência (sentido vulgar: V. I.3 acima) e a Consciência propriamente dita não constitui exceção. Essa é, aliás, a absurda exortação grega do Oráculo de Delfos: “Conhece-te a ti mesmo!”. Como tal coisa é impossível, o resultado é que a Consciência se aliena de si mesma, extrojetando-se no objeto. É isto, a Criação. É esta a vocação ontológica do Ser: projetar-se para fora de Si, na Existência, ou “forma de Inconsciência”.

Esta é a razão última de toda Existência, e o “porque”, não só da inconsciência da Mente, do Pensamento e da Linguagem (MPL), mas também de todo objeto que devemos chamar de “criatura”. Eis porque as formas desse “estranhamento”, desse “esquecimento”, dessa “opacidade” que interrompe a passagem da pura Luz, chamam-se “Experiências”.

A pura Luz, o Ser, Deus, não se destinava ao impossível “conhecimento de Si mesmo”? Então acaba por reconhecer-se, “experimentar-se” naquilo que está fora de Si, no Objeto. Acaba por “esquecer-se”. Cada projeção Sua para fora de Si, na Existência, é uma forma de esquecimento de Si, ou modo de ignorar-se a Si mesmo. Deus apresenta-se a Si mesmo em cada uma das suas criaturas como um “Eis-Me!”, mas, ao fazer isto, “esquece” ou “ignora” a Si mesmo (“Pai, por que me abandonastes?”).

No último parágrafo escrevi “esquece” e “ignora” entre aspas, porque Deus permanece vivo em suas criaturas, sob a forma de “Ser Experiência” e, no nosso caso, “Experiência de Ser Humano”. Essa Presença de Deus no plano da Existência, eu chamo de Presença de Espírito.

Se aquele que me ouve, lendo, for versado em Filosofia, isso tudo pode parecer-lhe um tanto hegeliano, e, também, um tanto “Católico”. Que seja! Mas, quanto a Hegel, não vejo aí nada de “dialético”: as criaturas não são antíteses do Criador, e tampouco “Ser Experiência” é uma síntese Criador-criatura. De sabor hegeliano, aqui, é minha concepção de Criação como uma espécie de “alienação”.

2.5 O papel da Ignorância (e da eternidade) na Experiência

Mas deixemos Hegel em paz.

Tudo muda, ou seja, nada muda, e só temos instantes eternos, fora do tempo. Remeto o leitor para o Segundo Capítulo do meu livro, *Filosofia e Consciência* (2.2: A Imitação do Ser chamada “Substância”; e 2.5: A imitação do Ser

chamada “Essência”), onde desconstruo as noções de “substância”, “essência” e “tempo” (V. também 2.3. onde desconstruo a noção de “causa”). Se tudo muda, como intuíram corretamente tanto Heráclito quanto o Buda, então a Metafísica de Aristóteles já tinha sido refutada antes mesmo de ter sido formulada.

Nada pode permanecer numericamente idêntico a si mesmo “ao longo do tempo” (*sic*); não há “estruturas de duração” às quais pudéssemos atribuir substâncias, essências, acidentes, causas etc. e a ilusão irresistível que chamamos “tempo” é gerada pela mente inconsciente, pela Identificação do que não está no tempo, mas na eternidade. “Já vê, meu caro amigo”, afirmo eu em *Filosofia e Consciência*, pág. 107, “que o Eterno não é Uno”, pelo menos sob um aspecto: ele está presente em cada experiência, humana ou não humana, se dela abstraímos o que lhe está sobreposto como “pensamento”. Mas se entendermos que é a mente que pensa, e, ao pensar, gera o tempo, então entendemos que a mente, ela mesma, é eterna, pois não pode estar no tempo o que gera o tempo. ... “O tempo ... é gerado na inconsciência, pela identificação do que não está no tempo, pois é único e irrepitível” (*id.*) Eis aí o primeiro elo da Cadeia de Originação Dependente, da “Ontologia” budista, *avijjia*, ou Ignorância (Se o leitor quiser conferir como toda essa análise é aplicável à Ciência, V. 2.7, do mesmo livro).

Ao impregnar-se no Não-Ser, ou seja, na Existência, Deus se esconde. Ele é impessoal, não tem face, e a forma precípua de esconder-se é no que se chama de “O Outro”, isto é, no “semelhante” a quem não estendemos a compaixão. Neste sentido, Sartre tem razão: o inferno são os outros. No entanto, ao “Outro” a quem nossa compaixão é estendida, ou seja, no “Próximo”, Deus se revela no plano da Existência. Suas miríades de “FACES” são justamente as Máscaras com as quais cada um de nós se mostra, ao identificar-se objetivamente aos papéis que desempenha.

No Outro Deus se esconde, no Próximo Ele se revela. Ele se mostra justamente ali onde a Mente, o Pensamento, e a Linguagem nos levam ao que chamei de raiz de todo Mal: a identificação objetal, o pensamento de que somos o que pensamos. Ele está sempre pronto a mostrar-se, por meio da compaixão, ali onde O julgávamos escondido (*absconditus*) para sempre. E eis o que se queria: o Ser encontrado no plano do próprio Não-Ser, no seio da própria Existência. Eis a Festa do reencontro.

Como são fúteis os argumentos a favor ou contra Sua existência: Ele está “na cara”. *Karuna*, ágape, *charitas*, lembrança do Ser, Luz invisível, Sol da Meia Noite, Iluminação a que estamos todos destinados. Não é a Fé que remove montanhas: é a compaixão.

2.6 O reencontro com Deus Face a “Face”

O verdadeiro, o único milagre é, então, a compaixão.

A condição de possibilidade da compaixão é o “morrer para si mesmo”, ou seja, a compreensão da principal de todas as máscaras: a máscara do ego. Compreender o ego é desidentificar-se dele, usá-lo como máscara apenas quando necessário, e desmascarar-se dele toda vez que precisamos desempenhar outro papel, usar outra máscara. A máscara do ego torna-se assim uma Face que muda de acordo com as circunstâncias, face ao Outro, por exemplo, que havemos de compreender como o Próximo.

Já se ouviu dizer que não devemos ter “duas caras”? Pois devemos sim, na verdade havemos de ter tantas “caras” quanto for preciso. Deixemos a “coerência” para as (limitadas, aliás) práticas dedutivas (nosso cérebro simplesmente não aguentaria a imposição de coerência sobre nossas crenças, por exemplo, sob pena de tornar-se desequilibrado e disfuncional). Além disso, aquilo que parece incoerente de um ponto de vista limitado pode perfeitamente parecer coerente, de um ponto de vista mais amplo.

Sendo o Ser Impessoal, é sem sentido, tanto esperar quanto desesperar da Providência de um Deus absolutamente transcendente ao plano da Existência. Mas será que isto quer dizer que estamos aqui sozinhos, abandonados, num dos lados da moeda Ser/Existir? (*In Te Domine speravi: non confundar in aeternum!*) De modo nenhum.

O Céu que se obstina no silêncio, enquanto projetado na Existência, fala eloquentemente, e incessantemente, como Presença de Espírito, mesmo àqueles que “não têm ouvidos para ouvir”. A Luz que emana do Ser ilumina, ainda que da maneira mais pálida, os mais obscuros recessos de tudo que existe. Fala através da Experiência, e em três dimensões (*V. Experiência Religiosa*).

Na Experiência ordinária, *se a ela prestarmos a devida atenção*, e seja qual for seu conteúdo, por mais banal (como “lavar pratos”), a Luz está presente sob a forma do pressentimento de que o presente é eterno, e de que não somos o que pensamos que somos (“lavadores de pratos”): esta é a dimensão mística da Experiência.

Na Experiência mais intuitiva, *em que nos ocupamos da Verdade*, a respeito do que quer que seja, a Luz está presente sob a forma do pressentimento de que a Verdade transcende nossa ignorância (há sempre uma divindade falando por nós quando expressamos a Verdade): esta é a dimensão profética da Experiência.

Na Vida da Experiência *tomada como um todo, e também em seus mais ínfimos detalhes*, a Luz está presente sob a forma do pressentimento de que a totalidade da Experiência que somos é como uma obra de Arte, ou seja, nossa contribuição à Criação: esta é a dimensão sagrada da Experiência.

Assim na Mística (altura), no Profético (profundidade) e no Sagrado (largura), configura-se o tetraedro perfeito, que expressa a Experiência Religiosa de todo e qualquer ser humano, por mais irreligioso que ele se conceba.

Assim manifestamos o Reino de Deus aqui na Terra, e nos tornamos preparados para a compaixão.

Conclusão

Então, era isso! Para quem pensava que Deus era Pessoal e Moral, Ele está ausente do Céu. Não há ninguém lá a quem pudéssemos louvar, agradecer ou desagradar, ninguém que nos possa punir ou ouvir nossas preces. Toda a parafernália de confortos e horrores que acompanhava a noção de um Deus Pessoal é ilusória.

Em compensação, o “Reino de Deus” está aqui, entre nós. Deus é o puro Ser, que é como pura Luz, que se projeta fora do tempo (sempre se projetou e sempre se projetará) como Experiência, na Existência. Ele está encarnado, sim, mas aqui onde Nós estamos, todas as criaturas sencientes.

Estamos acompanhadíssimos. Nós é que insistimos, com demasiada e cruel frequência, em não nos concebermos como Experiência Dele. Sendo doloroso demais viver sem compaixão, nós O pomos lá, onde quer que for de onde Ele nos possa esmagar, torturar com Sua grandeza. É insano.

Freud, e todos os demais presidentes honorários de todas as empresas de limpeza e saneamento, talvez expliquem os esgares de todas as estruturas do desespero, mas eu só tenho uma explicação: a dor de viver sem compaixão. Esta é a Revelação das revelações. Deus cria o Universo (ou multiversos), o Tempo, o Espaço, a Mente, o Pensamento, a Linguagem (MPL), a evolução e tudo o mais que a MPL inventa, como parte da estrutura ontológica de toda Consciência. E agora?

Como Experiências de Deus, cabe a Nós redimi-Lo.

Referências¹⁰

CARROLL, L. *Alice's Adventures in Wonderland*. London: Macmillan, 1865.

DAWKINS, R. *The God Delusion*. London: Bantam Press, 2006.

10 Nota de Leandro Chevitarese: a versão original do texto apresentava no sumário o item “bibliografia”, mas ela não estava elaborada. A bibliografia e as referências ao longo do texto foram elaboradas por mim para a presente publicação na forma de artigo.

- FERNANDES, S. L. de C. *Foundations of Objective Knowledge The Relations of Popper's Theory of Knowledge to that of Kant*. Dordrecht: D. Reidel, 1985.
- FERNANDES, S. L. de C. *Filosofia e Consciência: uma investigação ontológica da distinção entre aparência e realidade*. RJ: Areté, 1995.
- FERNANDES, S. L. de C. *Ser Humano: um ensaio em antropologia filosófica*. RJ: Ed. Mukharajji, 2005.
- FERNANDES, S. L. de C. *Experiência Religiosa: notas para uma filosofia da religião*. RJ: Ed. Mukharajji, (no prelo).
- ZAEHNER, R. C. *Mysticism, Sacred and Profane. An inquiry into some varieties prae-ternatural experience*. Oxford: Clarendon Press, 1957.
- ZAEHNER, R. C. *At sundry times: an essay in the comparison of religions*. London: Faber and Faber, 1958.